

# A EXPERIÊNCIA, O CONHECIMENTO E A VERDADE NO TRATADO DA EMENDA DO INTELLECTO DE BENEDICTUS DE SPINOZA: DIFERENÇAS COM RENÉ DESCARTES

## EXPERIENCE, KNOWLEDGE AND TRUTH IN THE *TREATISE ON THE EMENDATION OF THE INTELLECT* BY BENEDICTUS DE SPINOZA: DIFFERENCES WITH RENÉ DESCARTES

Armando Turbae Junior<sup>1</sup>

Recebido em 24/08/2024

Aprovado em 12/10/2024

---

### RESUMO

A ideia presente nas *Meditações* de René Descartes, de que o puro pensamento não contém em si nenhum vestígio com origem nos sentidos, pode parecer concordar integralmente com o Tratado da Emenda do Intellecto de Benedictus de Spinoza, pelo fato de nesta obra de juventude o filósofo holandês priorizar o tratamento das ideias e não a realidade corporal. Analisaremos quais diferenças existentes no método empregado por Descartes, na busca de um fundamento seguro para o conhecimento, e o método em Spinoza de busca do “bem verdadeiro”, como também procuraremos esclarecer os significados, nas duas obras, das ideias de experiência, conhecimento e verdade. Verificaremos o lugar ocupado pela experiência, os afetos e a razão no *Tratado da Emenda do Intellecto*. Após termos problematizado essas questões, veremos se é possível afirmar haver no *TIE* o esboço de um programa de natureza política.

**Palavras-Chave:** conhecimento, experiência, verdade, Bem, Política.

### ABSTRACT

The idea present in the *Meditations* of René Descartes, that pure thought does not contain in itself any trace originating in the senses, may seem to agree entirely with the *Treatise on the Amendment of the Intellect* by Benedictus de Spinoza, due to the fact that in this work of his youth the philosopher Dutch prioritize the treatment of ideas and not corporeal reality. We will analyze what differences exist between the method used by Descartes, in the search for a secure foundation for knowledge, and Spinoza's method of searching for the “true good”, as well as we will seek to clarify the meanings in both works, of the ideas of experience, knowledge and true, We will verify the place occupied by experience, affections and reason in the *Intellect Amendment Treaty*. After having problematized these issues, we will see if it is possible to say that the *TIE* has the outline of a program of a political nature.

**Keywords:** knowledge, experience, truth, Good, Politics.

### INTRODUÇÃO

O *Tratado da Emenda do Intellecto* inicia com a constatação do narrador de que, no homem, a busca por riqueza, honra e prazeres sempre é acompanhada de decepção, sem nunca vivenciar uma satisfação constante. O narrador passa a indagar sobre a existência de um “bem verdadeiro” e imutável, uma “coisa eterna e infinita”

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. E-mail: [turbae939@gmail.com](mailto:turbae939@gmail.com)

que fosse capaz de proporcionar uma tranquilidade constante no ânimo. Inicialmente, percebe que, quanto mais a atenção se concentra em meditar sobre seu modo de vida, menos o interesse se prendia na busca por aquelas coisas que antes dominavam sua atenção.

Este empenho em instituir a nova regra de vida, à primeira vista, pode sugerir ao leitor representar a continuação, em Spinoza, do propósito formulado por René Descartes na sua *Meditação Primeira* (DESCARTES, 2016), ao utilizar o procedimento da dúvida metódica. Isto é, sem um olhar mais acurado, o leitor poderia ser levado a crer que o programa do *TIE* teria, em sintonia com Descartes, procurar assegurar um fundamento sólido para o conhecimento.

Mesmo que Descartes tenha se colocado como crítico da tradição de matriz aristotélica, e, ainda que se possa concordar terem os dois filósofos o intuito de recolocar em novas bases o conhecimento tendo a razão como guia mestra, existe entre Descartes e Spinoza no *TIE* significativas diferenças. De modo a que possamos verificar o que os dois filósofos disseram a respeito do presente tema, apresentaremos resumidamente o que escreveram nas duas obras citadas.

Nas *Meditações* (DESCARTES, 2016), Descartes se empenha na construção de três argumentos de refutação a um relativismo cético que ganhou espaço na Europa do século XVI. Novas descobertas no campo da astronomia, conhecimento de novas culturas e transformações na estrutura social, que fez com que se colocasse em suspeição todo o conhecimento acumulado pela tradição. Assim, a procura de encontrar uma primeira verdade indubitável, e que sirva de solo seguro para o desenvolvimento das ciências. Com o recurso da dúvida metódica, se estende progressivamente os graus de duvidar das coisas, até que, com o terceiro argumento, concebe a hipótese de um *malin gênie* que nos engana sobre a existência de todas as coisas. Descartes reconhece a necessidade do puro pensamento no *cogito*, porque, mesmo que esse ser me engane, é preciso admitir que eu, substância pensante existo.

Na *Meditação Segunda*, a primeira certeza adquirida, do “eu sou eu existo”, ideia clara e distinta formada pelo pensamento puro, inaugura a ordem das razões que levará à admissão na *Meditação Terceira* da veracidade da existência de Deus. De posse da certeza do Deus veraz, que não pode na sua perfeição nos enganar acerca das coisas que concebemos existir, e, na continuidade da construção progressiva dos graus de certeza, Descartes apresentará, mais adiante, na *Meditação Sexta*, a necessidade da aceitação pelo entendimento da existência das coisas materiais.

A primeira certeza adquirida do *cogito* se apresenta como resultado provisório de um processo de alargamento da dúvida levado até suas últimas consequências. Uma primeira certeza obtida na cadeia de razões, na qual a atividade pura do pensamento se reconhecerá como substância pensante que, como todas as demais coisas, é criada e produzida continuamente por Deus.

A certeza do *cogito* é uma etapa alcançada na ordem das certezas. Assim, a atividade do Intelecto se descobre destacada dos sentidos. Por sua vez, as ideias inatas na alma somente possuirão seu grau de veracidade assegurada na *Meditação Terceira*, ao ser demonstrada a existência de Deus no § 37<sup>2</sup>, e, em seguida, no § 40<sup>3</sup> o afastamento da hipótese de que Deus seja enganador. Concluída essas etapas, se garantirá a verdade das ideias claras e distintas

Embora na *Meditação Terceira* Descartes não apresente Deus sob um cunho religioso, é de se ter presente que Deus é pensado na forma de um ser transcendente à ordem natural, passível de ser apreendido pelo intelecto clara e distintamente. Dessa maneira, a demonstração e prova da existência do Deus veraz é dependente de duas ideias: 1º) A ideia de um ser infinito e criador de todas as coisas. Essa ideia possui uma maior realidade objetiva do que quaisquer das ideias sobre as substâncias finitas. Tal ideia não pode ser posta em mim por nada que seja finito, pois, algo que seja finito deve ser logicamente dependente de algo que seja infinito. A ideia acerca do infinito é, portanto, ideia de um ser puramente positivo. 2º) As verdades do Intelecto precisam se apoiar numa ideia puramente intuitiva. Há, portanto, uma razão de ordem clara e distinta para afirmar que a ideia acerca do ser ilimitado e infinito é uma ideia verdadeira.

Passemos ao *Tratado da Emenda do Intelecto* (ESPINOSA,2014). Diz o narrador no Prólogo:

Depois que a experiência me ensinou que tudo aquilo que frequentemente ocorre na Vida comum é vão e fútil; e como eu visse que tudo o que eu temia e o que me levava a temer nada tinha em si mesmo de bom nem de mau, senão enquanto por isso o ânimo fosse movido, pus-me finalmente a inquirir se dar-se-ia algo que fosse um bem verdadeiro e comunicável de si, somente pelo qual, rejeitados todos os demais, o ânimo fosse afetado; mais ainda, se dar-se-ia algo que, descoberto e adquirido, me fizesse fruir, pela eternidade, uma contínua e suma alegria. (*TIE*, § 1)

A característica de inconstância própria à experiência comum é responsável por manter a atenção do homem num estado de incerteza, e tende a induzir a uma oscilação e intranquilidade no ânimo. Caso o modo de vincular a coisas seja marcado por desejos imoderados, em que elas são consideradas como bens por si mesmos, tal vinculação deve dar lugar, como diz o narrador do Prólogo, a uma tomada de decisão que possa frear os desejos imoderados: “Digo que *finalmente tomei posição*” (grifo do

<sup>2</sup> “[...] é preciso necessariamente concluir que, só do fato de eu existir e da ideia de um ser soberanamente perfeito (ou seja, Deus) existir em mim, a existência de Deus é demonstrada com muita evidência”. *Meditação Terceira* §37 (DESCARTES, *Meditação terceira*, §37,2016)

<sup>3</sup> “Donde é assaz evidente que ele não pode ser enganador, porquanto a luz natural nos ensina que o engano depende necessariamente de algum defeito”. (*ibidem*, §40)

autor). Uma mudança de orientação com força para se manter imune ao perigo de concentrar a maior parte de seus interesses em coisas que se revelaram geradoras de tristeza, e sem nunca proporcionar uma satisfação constante. Essa tomada de decisão do narrador leva-o a procurar saber se haveria outras formas possíveis de conhecer e se relacionar com coisas. Nesse momento da obra, passam a ser apresentados quatro modos de conhecer ou modos de percepção.

O 1º modo de percepção é por ouvir dizer (sei qual o país em que nasci, sei a idade que tenho). No modo de percepção por ouvir dizer surge a crença de que determinado acontecimento *tinha de se dar de determinada maneira*, em função daquilo que foi transmitido por força de uma autoridade ou tradição. Esse modo de percepção se impõe na forma de um signo imperativo. O 2º modo de percepção é por experiência vagante. Nele, acredita-se em algo em função da repetição ou regularidade com que os acontecimentos se apresentam, sem que se coloque em dúvida as convicções aceitas (sei que para me proteger do frio preciso me agasalhar, e para receber um salário preciso trabalhar). Há na experiência vagante a percepção de que *deve ser dessa maneira*. A partir de determinado acontecimento percebido, as conclusões sobre ele tidas são generalizadas e servem de explicação para outros acontecimentos. Essa característica generalizadora no 2º modo de percepção é geradora da convicção de sua utilidade para o uso na vida prática. Com isso, se afirma um modo de perceber conservador de manutenção do que é vigente.

Sobre os dois primeiros modos de percepção, o trabalho de emenda do intelecto supõe desligar-se de certos interesses e se ocupar numa nova maneira de viver (o que retira uma leitura puramente ideísta para a medicina da mente). Assim, mesmo sem fazer referência direta: “Nas restantes coisas que se referem ao pensamento, como o amor, a alegria etc., não me demorarei nem um pouco [...]” (ESPINOSA, §109, 2015), o dado afetivo constitui os processos mentais nos modos de percepção. Essa afirmação de nossa parte é apoiada na Parte 3 da *Ética* (SPINOZA, 2007). Nesta parte da obra são apresentados os afetos ligados à tristeza, e que permeiam os modos de percepção por ouvir dizer e experiência vagante nos bens incertos de riqueza, honra e prazeres. Dentre eles, por exemplo, temos o ódio, a inveja, a vergonha e a emulação. Há em comum nesses afetos a tristeza no homem de nunca se encontrar satisfeito consigo. Desejoso daquilo que não possui, se encontra sempre dependente da aprovação externa.<sup>4</sup> A conjugação na mente dos dois primeiros modos

<sup>4</sup> *Ética*, Parte 3, Def. dos afetos. 7. O ódio é uma tristeza acompanhada da ideia de uma causa exterior. 23. A inveja é o ódio à medida que afeta o homem de tal maneira que ele se entristece com a felicidade de um outro e, contrariamente, se enche de gáudio com o mal de um outro. 28. A soberba consiste em fazer de si mesmo, por amor próprio, uma estimativa acima da justa. 31. A vergonha é uma tristeza acompanhada da ideia de alguma ação nossa que imaginamos ser desaprovada pelos outros. 33. A emulação é o desejo de uma coisa que se produz em nós por imaginarmos que outros têm o mesmo desejo. (SPINOZA, 2007)

de perceber, estrutura a crença de um eu livre. Sob essa ótica, noções como a dever ser ou de conformação ao critério de utilidade impõe-se como referência de conduta a ser cultivada.<sup>5</sup>

O 3º modo de percepção consiste no esforço de formar ideias gerais das coisas e de estabelecer suas relações. Entretanto, vem a obter os resultados da relação pelos seus efeitos e não pela causa. Para esse modo de percepção Spinoza apresenta alguns exemplos. O primeiro exemplo é obter a conclusão de algo a partir de outra coisa por meio de uma sensação (*sentire*). Ato de estar ciente de si existindo. Aqui, ao sentir o corpo conclui-se que a alma está a ele unida, ou, como diz Spinoza: “[...] o modo pelo qual *sentimos* a essência formal é a própria certeza” (ESPINOSA, §35,2015) (grifo nosso). Outro exemplo apresentado é aquele no qual, por meio da natureza sensível da visão, pode-se concluir que objetos muito distantes aparecem a nós menores do que realmente são. Como último exemplo característico do 3º modo de percepção, aquele próprio aos matemáticos, que sabem concluir (apoiados na demonstração da Proposição 19, Livro 7 de Euclides) quais números numa série são proporcionais entre si.

Com esses exemplos, tem-se que, no 3º modo de percepção, os efeitos das relações são obtidos a partir dos sentidos, conforme os exemplos de alma e corpo, e do sol observado à distância. Não obstante, nos § 19 e § 23 do *TIE*, é dito que o 3º modo também compreende o conhecimento das relações pelos seus efeitos, como na regra usada pelos matemáticos da proporcionalidade dos números.

Por último, o 4º modo de percepção. Único modo de perceber no qual o conhecimento é adequado. Nele, há a apreensão intuitiva, sem fazer operações, da causa de se estar certo que sabe para os efeitos nas relações, como ao buscar um quarto número que esteja para o terceiro assim como o segundo está para o primeiro.

Após serem apresentados os quatro modos de percepção, a vez de verificar qual deles deve ser escolhido para se orientar na busca do bem verdadeiro. O melhor modo de percepção para o fim em vista é o 4º modo de percepção. E isso por duas razões: ele é o que mais faz o homem apto a se manter decidido de se desvincular das coisas que distraem a mente da busca do bem verdadeiro, como também, por outro ângulo, por dar a conhecer (na certeza intelectual que saber que sabe) intuitivamente a essência íntima da coisa pela sua causa próxima.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> No escólio da P.40 da Parte 2 da *Ética*, esses dois modos de percepção nos homens, de um modo de perceber por ouvir dizer, ou um segundo modo de percepção por experiência vagante, compõem o que se mostrará corresponder ao primeiro gênero de conhecimento: “Vou me referir, posteriormente, a esses dois modos de considerar as coisas como conhecimento de primeiro gênero, opinião ou imaginação” (SPINOZA, E2P4052,2007).

<sup>6</sup> O conhecimento pela causa próxima é oferecido com o exemplo da esfera: “[...] um semicírculo roda em torno do centro, e a partir da rotação o globo como que se origina”. (ESPINOSA, §72,2015) As ideias de semicírculo e movimento envolvem inteligivelmente (sem implicar contradição) no conceito de esfera.

Todavia, cabe refletir uma questão. Esse trabalho de desligamento das percepções cristalizadas no âmbito do ouvir dizer e da experiência vagante, não seria caracterizado pelo intuito de separar o puro pensamento das informações com origem nos sentidos? Descartes e Spinoza, ao formularem um método em vista da reparação dos enganos (Descartes) e incertezas (Spinoza) trazidos pela experiência comum, não teriam o mesmo entendimento quanto ao fim a dever ser buscado pela razão no processo de conhecimento?

Em Descartes as ideias claras e distintas, garantia para a boa ordem no conhecimento, são ideias inatas postas na alma por Deus. Essas ideias têm sua causa não numa força intrínseca ao intelecto para bem encadeá-las, mas pela concessão de um ser transcendente à ordem natural. Para Spinoza, no *TIE*, diferentemente, a partir de uma “ideia verdadeira dada” na mente sucedem outras e novas ideias. A expressão “ideia verdadeira dada” deve ser entendida inscrita no dinamismo espontâneo intrínseco ao intelecto para pensar, que o impele continuamente a produzir novas ideias. É da natureza da mente pensar. A partir de certo grau de elaboração das ideias na sua essência objetiva, segue-se a produção de novas ideias. Sobre essa espontaneidade intrínseca ao intelecto para produzir ideias, sem modelos prévios, no *TIE* o exemplo do martelo no *TIE* é esclarecedor (ESPINOSA, §31,2015). Isto é, caso se admita que, para produzir um martelo, fosse preciso antes fabricá-lo, logo, todo martelo existente seria dependente da existência de um martelo primordial.<sup>7</sup> Isso quer dizer que não há uma instância reguladora ou avaliadora do pensamento exterior ao próprio movimento de produção das ideias.

Portanto, apoiar-se, como pretende Descartes, no ato de duvidar das coisas como condição de busca da verdade primeira, não representa, para Spinoza, a garantia de um fundamento seguro para o conhecimento. Enquanto com a dúvida cética não há razão para não se duvidar das coisas, por seu lado, com o recurso da dúvida metódica, acredita Descartes que o alargamento da dúvida torna o procedimento de duvidar das coisas responsável pela refutação do ceticismo. No

---

<sup>7</sup> Como é extremamente difícil aceitar como certa a ideia de um martelo modelo primordial, diz Spinoza: “Mas, do mesmo modo pelo qual os homens, de início, foram capazes de fazer com instrumentos inatos algumas coisas facilísimas, ainda que laboriosa e imperfeitamente, e uma vez confeccionadas estas, confeccionaram outras mais difíceis com menor labor e mais perfeitamente, e assim, prosseguindo gradativamente de obras simplíssimas a instrumentos e de instrumentos a outras obras e instrumentos, perfizeram com pequeno trabalho tantas e tão difíceis coisas, assim também o intelecto, com sua força nativa, faz para si instrumentos intelectuais, com os quais adquire outras forças para outras obras intelectuais, e com essas obras, outros instrumentos, ou seja, um poder de investigar mais adiante; e assim, gradativamente, avança até que atinja o cume da sabedoria”. (ESPINOSA, §31,2015)

entanto, com Spinoza, o recurso da dúvida não apenas não elimina o ceticismo em filosofia, como, além disso, indica um mau uso na maneira de pensar.<sup>8</sup>

Descartes e Spinoza pensam o conhecimento e a ideia de verdade por caminhos diferentes ou mesmo inconciliáveis. Essa afirmação pode ser reforçada com o lugar que os sentidos ocupam nos pensamentos dos dois filósofos. Em Descartes os sentidos são fonte do erro. A verdade primeira é a substância pensante. Por um ato da vontade se liberta da experiência dos sentidos em proveito do puro pensamento. Por outro lado, para Spinoza, colocar em dúvida a existência do próprio corpo, como faz Descartes, significa um recurso indevido e mesmo abusivo, numa abstração que destaca o eu da experiência, do Todo da natureza. A concepção em Descartes de duas substâncias de essências diferentes, cinde a realidade e separa formas de ser no interior da coisa indivisível, eterna e infinita.

Em continuidade ao afirmado aqui, no Prólogo do *TIE* são mostradas duas ocorrências para a experiência: uma experiência ligada a coisas tomando-as como bens por si mesmos. E um outro modo de manifestação da experiência com coisas associadas a riqueza, honra e prazeres. Porém, com esses bens incertos sendo percebidos como meios para se alcançar outros interesses em ocupações propícias a se vivenciar uma satisfação mais duradoura. Em Spinoza, os sentidos ou a experiência comum, nos dois primeiros modos de percepção, não podem ser ditos como o lugar do erro com a mesma tônica vista em Descartes. Assim sendo, visto que não podem ser ditos males em si mesmos, não se trata, propriamente, de condenar a experiência.

Desvincular-se dos bens incertos se faz preciso por colocarem em risco o esforço empreendido de se manter numa nova regra de vida. Não para se estar em acordo a uma razão que expulsaria de si quaisquer vestígios com origem nos sentidos.<sup>9</sup> Não sendo possível eliminar as informações com origem na experiência, é caso de saber quais dentre elas são um obstáculo ao bem verdadeiro.

Aquilo que diz o que é a experiência não apenas se restringe à identificação a um modo de percepção. Também pode ser entendida na forma de experiência de vida. Experiência que se constrói no curso de vida em que são continuamente agregadas

<sup>8</sup> Para Lívio Teixeira, em *A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa* (2001), se a dúvida metódica representa um recurso artificial criado com o intuito de se atingir uma primeira certeza na ordem das razões, o procedimento da dúvida metódica “[...] não passa para Espinosa de uma traição ao pensamento verdadeiro, porque a dúvida consiste em afirmar que se duvida daquilo que realmente não é objeto de dúvidas: é, pois, para Espinosa, uma ficção, uma hipótese indigna de um filósofo” (TEIXEIRA, 2001, p.54)

<sup>9</sup> Não é indicado recorrer à Carta 10 de Spinoza a Simon de Vries, de aproximadamente março de 1663 (ESPINOSA, 2014), com o intuito de, com apoio nela, condenar a experiência. De fato, nessa carta se afirma não termos necessidade da experiência. Contudo, logo em seguida a essa afirmação se esclarece o sentido exato da passagem. Isto é, não temos necessidade da experiência *apenas* para aquilo que responde à definição acerca da essência de algo, e não para tudo o mais que não seja objeto de um conhecimento adequado (grifo nosso). Vale frisar que Spinoza, no *TIE*, aponta os dois primeiros modos de percepção como sendo de utilidade para a vida prática.

novas e múltiplas relações. Sob essa perspectiva, se trata de experiência que ensina algo, que tem algo a ensinar, no sentido de o homem, por meio dela, desenvolver certo modo previsível de se relacionar com o meio e decidir entre alternativas dadas. Esse é o sentido da experiência que se faz presente no Prólogo do *TIE*, nas palavras do narrador: “Depois que a experiência me ensinou que tudo aquilo que frequentemente ocorre na vida comum é vão e fútil] [...]”<sup>10</sup> (ESPINOSA, §1,2015)

Empreender uma nova maneira de pensar caminha junto ao esforço decidido numa nova regra de vida. Na busca do bem verdadeiro, um trabalho em curso de não ser tomado por afetos ligados à tristeza, e comumente presentes nos dois primeiros modos de percepção, como são os afetos de ódio e inveja. No 3º modo de percepção também é possível se fazer presente um afeto triste, como no exemplo da soberba. Com essa afirmação, queremos dizer que, mesmo no 3º modo de percepção, o conhecimento obtido através da sensação (*sentire*), ou, ainda, se instrumentalizar nas regras da matemática, pode induzir o homem a fazer de si um julgamento acima do justo. Pois, considerando as coisas pelos seus efeitos, desconhecedor de suas causas, e tomado pelo afeto da soberba (P.III, def.) ser levado a crer que seu modo de se orientar na vida deve ser aceito como norma a ser seguida por outros homens. Há, assim, uma ambiguidade própria ao 3º modo de percepção. Ao mesmo tempo em que nele: “[...] temos uma ideia da coisa, além de que também concluímos sem perigo de erro [...]” (ESPINOSA, §28,2015), sob o ponto de vista da experiência afetiva pode compreender um afeto ligado à tristeza, como no já citado afeto da soberba.

Embora no *TIE* não se façam presentes termos como causa adequada e virtude - os quais na *Ética* estarão referidos a vida em base propriamente racional -, atravessa a obra um programa ético do homem se fazer causa dos seus desejos. Essa proposta de mudança na maneira de desejar e se vincular aos bens incertos aparece sob três aspectos interligados. Primeiro, a partir da experiência do narrador, consiste no esforço no intelecto de bem encadear as ideias, depurando-as da ocorrência de ideias fictícias e falsas. Num segundo aspecto, uma desvinculação para com coisas consideradas por si mesmas. Por último, a conversão dos afetos ligados à tristeza com o ganho de tranquilidade no ânimo. Um processo de transição dos desejos imoderados convertido na capacidade de moderar a vinculação aos bens incertos. A decisão da nova regra de vida não passa por uma dúvida fundamental, mas por conceber o que aponta para a satisfação constante de uma vida moderada, que harmoniza e une o conhecimento e a experiência.

<sup>10</sup> Seguimos o entendimento de Pierre François Moreau em *Spinoza L'expérience et L'éternité* (MOUREAU,1994). No seu livro, o comentador propõe uma diferença entre uma experiência entendida como gênero de conhecimento (experiência vagante), ou uma experiência considerada como forma de conhecimento (experiência docente). Para uma maior atenção sobre a questão: *Spinoza L'expérience et L'éternité*, Parte 2, Cap.1.(MOUREAU,1994)

Um outro ponto precisa ser comentado a respeito do bem imutável. No §13 do *TIE*, surge uma clara diferença entre aquilo que é definido como “bem verdadeiro”, entendido no âmbito da experiência singular do homem, e aquilo que é dito ser o “sumo bem”. O sumo bem descrito na experiência alcançada do bem verdadeiro. Porém, com maior alcance, na direção de ser estendido e compartilhado com outros homens: “[...] adquirir tal natureza e esforçar-me para que muitos a adquiram comigo [...]” (ESPINOSA, §14,2015) Em seguida, encaminhar a construção da sociedade em tais bases, tendo como meios promovedores a Educação e a cultura.

O *TIE* trata de ideias e não de corpos. E não faz uso de conceitos como o de noções comuns, com o qual, no uso da razão, se pode inteligir o princípio de composição de mentes e corpos na vida social. Não obstante, além do já comentado conteúdo ético, aponta para a construção de um programa político, que virá a ter seu melhor acabamento na Parte IV da *Ética* e no *Tratado Político*. Sobre isso que acabamos de dizer, cabe indagar: com que direito um tema relacionado à política pode ser pensado presente na obra? Qual a razão para que a experiência compartilhada do bem verdadeiro deva orientar a construção da sociedade?

A construção da sociedade, no *TIE*, ainda que não demoradamente, é apontada a partir da lógica conflitual que atravessa o campo social. Os modos de percepção expressam, no plano intelectual, os afetos gerados no cruzamento de relações, e no modo como os homens se vinculam aos bens em circulação. Uma realidade dinâmica em rede e coletiva.

Na busca pelos prazeres mais imediatos, por prestígio e reconhecimento, os homens se percebem mutuamente como prováveis concorrentes ao bem desejado. Uns e outros são vistos como vencedores ou perdedores, de acordo com o sucesso de possuir ou não o bem almejado. Com a vida em sociedade marcada pela visão de uma natural incompatibilidade de interesses e capacidades, os laços sociais são fragilizados. Enfraquecida a percepção compartilhada, de que a vida social é expressão de múltiplas relações interdependentes, ganha força a imagem do poder na forma de uma autoridade chamada a se impor sobre o corpo social.

Além de diferenças entre Descartes e Spinoza anteriormente comentadas, nos dois filósofos as noções de “bem soberano” (Descartes) e “bem verdadeiro” (Spinoza) possuem significados diferentes. Em Descartes, o bem soberano, aquilo que torna o homem sábio, passa por um compromisso com a ideia de verdade. Em Spinoza, o bem verdadeiro denota, sobretudo, um estado afetivo alcançado de contentamento, no qual o intelecto se reconhece, junto aos outros intelectos, parte do Todo da Natureza. Por sua vez, no campo político, segundo Descartes, o papel do indivíduo em sociedade deve se pautar no cumprimento às leis e obrigações sociais. É o que dita a razão, como sendo o mais apropriado diante da diversidade de costumes que ameaça a estabilidade social. Para Spinoza, o sumo bem é a expressão política do bem

verdadeiro. Enquanto no plano intelectual, no 4º modo de percepção, parte-se da causa para seus efeitos, na política o sumo bem afirma o Todo social na união de suas partes constituintes. A perda da estabilidade social, diferentemente de Descartes, não é fruto da falta de se acordar aos costumes tradicionais. Mais propriamente, é efeito da incapacidade do conjunto das partes internas ao corpo social de construir laços baseados, o quanto mais, em acordos de interesses convergentes. E afirmá-los sobre rivalidades surgidas de desejos e paixões que opõem uns aos outros.

Para que a experiência compartilhada do sumo bem tenha chance de acontecer, é preciso uma progressiva reorientação nos homens na sua expressão desejante. Em razão dessa necessidade, no §15 do *TIE*, Spinoza afirma ser do interesse da república um programa oficial de educação das crianças: “[...] há que se dedicar trabalho à Filosofia Moral; bem como à Doutrina da Educação das crianças [...]” (ESPINOSA, §15,2015). Com o fim de, através dele, ampliar o espaço propício ao exercício reflexivo sobre as convicções cristalizadas na sociedade. No cultivo de uma reflexão acerca dos valores e comportamentos adotados, tende a perder força, por um lado, o fascínio que os bens incertos despertam, com o seu peso paralisante numa admiração fixa. Por outro lado, aumenta a aptidão nos indivíduos de se vincularem a um mais amplo leque de experiências, sem ser por elas facilmente dominado.

Nesta perspectiva, um programa educacional incide positivamente nos modos de percepção nas relações sociais. Pois, dinamiza o surgimento de uma nova expressão desejante, ao mesmo tempo em que tende a favorecer a passagem do conhecer dos efeitos pelas causas. Essa preocupação aponta, dessa maneira, para a construção de um projeto político: “[...] formar tal sociedade, a qual há de ser desejada tanto para que muitos aí cheguem quanto facilíma e seguramente” (ESPINOSA, §14, 2015). Um projeto que parte da concepção, já possível de se observar no *TIE*, de que cabe às partes internas constituintes ao corpo social encaminhar a construção da sociedade.

Além de crítico dos dogmas teológicos, quando de sua expulsão da comunidade judaica em 1656, Spinoza, já nos seus escritos de juventude, tem o olhar atento para questões de interesse da república. As paixões insufladas na massa supersticiosa pelos pregadores nos púlpitos, conjugado à penetração na vida social de uma moral de fundo filosófico, tem para ele o grave problema de acarretar um impedimento à livre circulação das opiniões. No momento inicial de construção de sua filosofia, com o *TIE*, se desconstrói a lógica inerente aos discursos que mantém os homens presos às suas paixões mais destrutivas. Assim fazendo, torna possível ao leitor identificar os métodos empregados de manipulação das consciências, por aqueles homens desejosos de poder e prestígio. Há no *TIE* uma procura por conceitos e definições que abarcam o domínio ontológico, de uma ética e das tensões próprias ao campo da política. Numa etapa posterior de amadurecimento do seu pensamento, na *Ética* e nos dois tratados

políticos, esses conceitos e definições irão receber seu acabamento conceitual. E serão integrados a um corpo de sistema. Tal é o propósito desta obra de juventude, pouco extensa e inacabada: a emenda do intelecto, de maneira a influir na experiência, na vida dos homens.

## REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ESPINOSA, Baruch. **Correspondência completa e vida**. (orgs) J. Gursburg, Newton Cunha e Roberto Romano. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_, **Tratado da Emenda do Intelecto**, Tradução e nota introdutória: Cristiano Novaes de Rezende. São Paulo: Unicamp, 2015.

MOUREAU, Pierre F. **Spinoza: L'expérience et l'éternité**. Paris, puf, 1994.

SPINOZA, Benedictus. **Ética**. Edição Bilingue, Latim/Português. Tradução e notas: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TEIXEIRA, Lívio. **A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Spinoza**. São Paulo: Unesp, 2001.